



COMDEMA
Conselho Municipal de
Desenvolvimento do Meio Ambiente
BOITUVA

ATA DE REUNIÃO
08º Reunião

DATA
30/08/2022

ELABORADA POR: Patricia Any de S. Archeleigar

Boituva, 30 de Agosto de 2022

LOCAL: Reunião Presencial Sala Reunião Schmersal

I – RELAÇÃO DOS PRESENTES:

Ivanilson F. Barbosa, Andre Luis Cressi, Amariles Primo Sebastiani, Mayara Primo Sebastiani Puccinelli, Wilson Rodrigues dos S. Diniz, Patricia Any de S. Archeleigar, João Batista Alves Júnior, José Rubens D. dos Santos, Neilor Alegre.

II – PAUTA:

- 1 – Posição da Lei de Queimadas na Câmara Municipal
- 2 – Reunião com Adilson sobre CPFL
- 3 – Licenciamento Ambiental e CNPJ Secretaria Meio Ambiente
- 4 – Educação Ambiental grade curricular (posição Secretaria Educação)
- 5 - Apoio Cervejaria no abastecimento água ao redor empresa (posição responsável)

III – DISCUSSÃO:

Às 9hs e 47min foi dado início pelo presidente Ivanilson F. Barbosa a Reunião Extraordinária do COMDEMA, o mesmo agradeceu a presença de todos e um agradecimento especial ao sr Neilor por ter concedido o espaço para nossa reunião, comentou sobre o revezamento dos encontros em locais para que haja mais participação dos membros que estão ausentes e a importância da presença da maioria para dar quórum nas decisões das demandas que irão entrar devido a Lei do Licenciamento Ambiental, foi perguntado ao sr José Rubens a possibilidade da próxima ocorrer na sala de reuniões da SABESP, o mesmo nos informou que a empresa está com problemas de espaço e que a sala de reunião se transformou em sala de trabalho. O presidente nos informou que o sr André Cressi passou a ser membro permanente do Conselho, substituindo o sr Fernando Sudo que infelizmente veio a falecer. Passou-se então para a questão da mudança das palavra “poderá” para “deverá” na Lei do Licenciamento Ambiental, André enfatizou sobre a grande demanda de decisões que virão para o Conselho e que ficaria complicado o Conselho resolver, pois tais decisões são técnicas e precisaria de pessoas aptas, além do tempo que precisaria ser hábil e o Conselho não daria conta, a Dra Amariles enfatizou que é necessário que todas estas demandas passem pelo Conselho, para que fique uma decisão permanente e que não haja mudança conforme a Gestão, Wilson sugeriu então que colocasse uma palavra onde o Conselho tivesse ciência do que estava acontecendo e quando necessário se reunisse para analisar. O sr presidente sugeriu que se formasse uma câmara técnica dentro do Conselho direcionada para o Licenciamento Ambiental. André sugeriu que uma vez por mês fosse dada ciência ao Conselho sobre as demandas, a Dra Mayara comentou que desta forma não haveria obrigatoriedade das demandas passarem pelo Conselho, novamente o sr André enfatizou nos prazos e que até passar pelo Conselho haveria um atraso nas

decisões, o sr presidente mais uma vez enfatizou a sugestão do sr Wilson , de dar ciência sem fazer análise, com exceção de alguma demanda que precisasse de aprovação do Conselho. O Sr André comentou sobre a audiência pública que houve na Câmara para tratar das questões da Lei do Licenciamento, o presidente Barbosa comentou que o Conselho não foi avisado, o sr André pediu desculpas em nome da Secretaria do Meio Ambiente, por eles estarem com uma demanda grande houve falha em não avisar, o Sr Wilson comentou que precisaria averiguar com a Comissão do Meio Ambiente na Câmara e saber quem contratou a Audiência e a razão do Conselho não ter sido chamado. Na sequência , foi colocado a questão da criação de um CNPJ para a Secretaria do Meio Ambiente, sr André disse que precisaria entrar em contato com a contabilidade da Prefeitura para verificar como proceder, Dra Amariles, Barbosa e Neilor comentaram que precisava analisar o mais rápido possível esta questão, pois o COMDEMA irá auditar esta receita e o correto é a Secretaria possuir seu próprio CNPJ para não misturar com o da Prefeitura que é geral. Sr Wilson sugeriu a criação de uma comissão , marcando uma reunião com o financeiro da Prefeitura. O sr André comentou sobre a já existência do Conselho Diretor para estas questões, a Dra Amariles é contra , pois no Conselho Diretor há membros do Executivo, o sr André sugeriu então a JARIA que já foi criada pelo COMDEMA, o presidente pediu para a Dra Amariles averiguar esta questão. O Sr André comentou também na necessidade de revogar a lei atual dos Fundos, pois antes , a Secretaria tinha acesso aos relatórios de finança do Meio Ambiente, e que atualmente não tem mais, apenas o financeiro que possui. Wilson sugeriu que se mandasse ofício para o Sr Moretti, pedindo para verificar as leis dos fundos e também marcar uma reunião com o Financeiro, Jurídico e o Conselho. Barbosa pediu auxílio para a Dra Amariles e Dra Mayara na análise das Leis dos Fundos e a questão da JARIA, o sr Wilson voltou a enfatizar a necessidade de um ofício para marcar uma reunião com o financeiro e que se faça uma ata também, para deixar tudo registrado.

Na sequência passou-se para a questão da Lei das Queimadas, o sr presidente tentou marcar uma reunião com o Prefeito para acelerar a aprovação da Lei, o Sr Rodolfo, a pedido do sr Prefeito, entrou em contato e dizendo que não haveria a necessidade da reunião, pois o sr Prefeito já havia tido uma reunião com os vereadores, o Dr Paulo Mazoquim iria analisar e na sequencia seria protocolado no Legislativo para ser feito a votação na sessão do dia 12/09/2022 e que já há um ofício de cobrança para a votação da mesma. O Sr Wilson nos explanou como a Lei se tramita dentro das Comissões do Legislativo e após retorna para o Executivo. O Sr presidente enfatizou a necessidade que tudo esteja aprovado com divulgação antes da próxima estiagem, para ciência de todos , o sr André comentou que pode-se fazer também a divulgação através da Educação Ambiental, pois as crianças sempre levam os ensinamentos para casa. Foi também comentado, pela Dra Amariles, sobre o problema da queima do restilho de cana, o sr André comentou que houve uma diminuição considerável desta prática, que os casos mais graves de queimada se dão através da sociedade civil, em folhas e limpezas de terreno e esta pratica precisa ser diminuída, a educação e orientação tem que ser feita através de divulgações e da Educação Ambiental. A Dra Mayara comentou que a OAB também tem Projeto de Educação Ambiental que poderiam auxiliar nesta questão.

Sobre a questão do problema com a CPFL, ações contra práticas abusivas no município, a dra Amariles nos colocou a par que o sr Prefeito fez uma reunião bem dura com a Empresa, mas a idéia de trazer um representante deles para uma reunião do Conselho ainda está em pé só falta alinhar esta com o Secretário Adilson.

Sobre a questão da Educação Ambiental na grade curricular das escolas do município, a srta Erika , responsável por esta questão não pode estar presente. O sr André opinou que seria melhor Projetos Transversais do que matéria, haveria um interesse melhor pelos alunos e podia-se juntar várias outras matérias, a sra Patricia comentou que deveria virar lei para nunca terminar quando acaba uma Gestão. O sr João comentou que estuda projetos para Educação Ambiental há 4 anos, e é super complicado implantá-los, ele foi aconselhado a criar Startups com envolvimento sociedade Civil e iniciativa privada.o sr Neilor comentou sobre o Projeto que a Empresa Schmersal tem de dar aulas sobre Ética nas escolas.

Na questão do apoio da Cervejaria sobre o abastecimento de água aos arredores da Empresa, o departamento responsável se isentou do problema, lavando as mãos, alegando que estão com dificuldades , pois seus poços já estão com limite de outorga. Foi comentado, pelo sr André e Dra Amariles, que o problema na Água Branca , além da Cervejaria , tem os loteamentos clandestinos, que começam a existir sem nenhuma

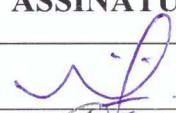

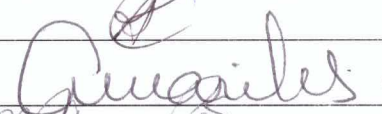
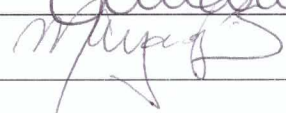
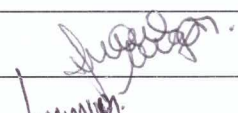
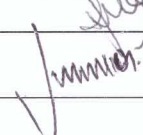


infraestrutura, sobra para o Executivo regularizar, não sendo justo, nem para os empreendimentos que fazem tudo conforme a lei e também os gastos que sobram para o Executivo e conseqüentemente para o município que tem que arcar com todas as despesas, a Dra Mayara comentou que o problema também chega para a OAB. O sr José Rubens comentou sobre a dificuldade que o município já começou a enfrentar na retirada de água dos rios Sarapuí e Sorocaba, onde já estão fazendo perfurações profundas, e também sobre a problemática dos loteamentos no Santa Cruz, que foi planejado para 200 lotes e como não há uma legislação o proprietário desmembra ou constroi múltiplas-residências, saindo totalmente do que foi planejado para aquela infraestrutura.

Sobre a questão de maior presença dos membros do Conselho nas reuniões, Dra Amariles sugeriu a volta de reuniões híbridas, mas o Conselho tem dificuldade de estrutura de multimídias, pois não tem uma sala própria.

Encerrou-se assim às 11hs e 15 min com o sr presidente agradecendo mais uma vez a presença e o espaço concedido pela Empres Schmersal.

IV – MEMBROS TITULARES / SUPLENTES:

NOME	ASSINATURA
Ivanilson F. Barbosa	
Andre Luis Cressi	
Amariles Primo Sebastiani	
Mayara Primo Sebastiani Puccinelli	
Wilson Rodrigues dos S. Diniz	
Patricia Any de S. Archeleigar	
João Batista Alves Júnior	
José Rubens D. dos Santos	
Neilor Alegre.	

V – CONVIDADOS:

NOME	ASSINATURA